

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano IV | Volume 11 | Nº 31 | Boa Vista | 2022

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<https://doi.org/10.5281/zenodo.6639850>



OS CRIMES DA DITADURA E A QUESTÃO DA LEI DE ANISTIA

*Michel Goulart da Silva**

Resumo

Neste ensaio discute-se a Lei de Anistia e sua relação com o processo de transição política da ditadura para a Nova República. Demonstra-se como as recentes revelações de áudios do Superior Tribunal Militar (STM) indicam a política de impunidade aos agentes da repressão e os limites da democracia construída nas últimas décadas. Para tanto, além da bibliografia acerca do assunto, são apontados alguns documentos produzidos no contexto da transição da ditadura.

Palavras chave: Democracia; Lei de Anistia; Militares; Transição Democrática.

Abstract

This essay discusses the Amnesty Law and its relationship with the process of political transition from the dictatorship to the New Republic. It demonstrates how recent revelations by the Superior Military Court (STM) indicate a policy of impunity for repression and the limits to democracy that has been built in recent decades. To this end, in addition to the bibliography, documents about the transition from the dictatorship are pointed out.

Keywords: Amnesty Law; Democracy; Democratic Transition; Military.

No mês de abril de 2022, a divulgação de áudios do Superior Tribunal Militar (STM) trouxe novamente à tona o debate sobre a punição aos agentes da repressão que perseguiram, torturaram e assassinaram militantes da oposição durante a ditadura. Os áudios do STM mostram, entre outras coisas, que os ministros reconheciam a ocorrência de tortura, mas faziam todo um esforço retórico para afirmar que seriam uma excepcionalidade e de responsabilidade das polícias, e não do Exército. Em um dos áudios, datado de 9 de junho de 1978, diante de acusações contra o Exército, o General Augusto Fragoso, então ministro do STM, afirmou: “nós sabemos que muitas delas são destituídas completamente de fundamento, mas algumas delas têm aparência de veracidade. Pelo menos aparência de veracidade” (G1, 2022). Outro ministro, Waldemar Torres da Costa, em áudio datado de 13 de outubro de 1976, demonstra “preocupação de atribuir o que constituiria uma desmoralização à prática de tortura por oficiais do Exército”, afirmando: “me recuso a me convencer dessas torturas, mas eu exijo que essas torturas tragam uma prova e não fiquem apenas no terreno da alegação” (G1, 2022). Diante da divulgação desses áudios, questionado acerca da possibilidade de apuração de crimes cometidos por militares e agentes das polícias que torturaram presos durante a ditadura, o vice-presidente Hamilton Mourão, rindo, afirmou: “Apurar o quê? Os caras já morreram tudo. Vai trazer os caras do túmulo de volta?” (DW, 2022). Esses são exemplos da política de impunidade contra os torturadores, não apenas durante a ditadura, mas também no tempo presente.

* Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Realizou pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação e no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Atua no Instituto Federal Catarinense (IFC). E-mail para contato: michelgsilva@yahoo.com.br



Passadas décadas desde o fim da ditadura, o debate acerca da punição dos envolvidos com torturas e sequestros parece ser uma história que não tem, diante da permanente revelação de fontes de diferentes naturezas (documentais, memórias, áudio) que mostram os crimes cometidos pelo conjunto das forças de repressão ao longo da ditadura iniciada com o golpe de 1964. O Estado, mesmo depois de formalmente ter sido encerrado o regime repressivo, mantém elementos autoritários, alguns dos quais herdados da ditadura de Getúlio Vargas, como a legislação do controle sobre os sindicatos, e utilizados pela ditadura. Além disso, permanece uma situação de impunidade em relação a policiais e militares, que se materializa na anistia aos agentes da repressão da ditadura e na postura ou mesmo nos assassinatos cometidos atualmente pelas forças de repressão.

No processo de abertura política da ditadura, uma parcela da esquerda defendeu um conjunto de políticas centradas na ideia de “direito à verdade”, que se desdobrou, entre outras coisas, no esclarecimento dos crimes e na punição dos agentes repressivos, na abertura dos arquivos da ditadura, no reconhecimento das vítimas da repressão e no processo de anistia desses militantes (SILVA, 2016). Esse conjunto de ações políticas respondia aos anseios fundamentais das vítimas da repressão e de seus familiares, abrindo a possibilidade para a reparação política e a defesa de liberdades democráticas (SILVA, 2009).

Essa compreensão da necessidade do fim da ditadura era assumida por toda a esquerda e pelas organizações representantes dos trabalhadores, no sentido de uma “democracia de participação ampliada” (FERNANDES, 2011, p. 79). Contudo, havia diferenças de como seria essa democracia, sendo um dos exemplos o PCB, que afirmava: “a democracia é um valor estratégico para o proletariado e para o socialismo”, sendo necessária “para articular uma ampla aliança com as demais forças populares” (PCB, 1982, p. 48). Para outros setores, colocava-se a necessidade de defender a luta pela socialismo, sendo a questão da democracia um elemento tático nesse processo, entendendo “que a queda da ditadura abre a via da Revolução Proletária” (OSI, 1983, p. 21).

Como se sabe, o Estado é um instrumento da burguesia para defender a propriedade privada. Lenin (2017, p. 47) definia o Estado como “a organização da violência para a repressão de uma classe qualquer”. Nesse sentido, prossegue o líder bolchevique,

a democracia é uma das formas, uma das variantes do Estado. Por consequência, como todo Estado, ela é o exercício organizado, sistemático, da coação sobre os homens. Isso por um lado. Por outro lado, é ela o reconhecimento formal da igualdade entre os cidadãos, do direito igual de todos de determinar a forma do Estado e administrá-lo (LENIN, 2017, p. 125).

Nesse sentido, de uma perspectiva de transformação da sociedade, seria preciso, ao mesmo tempo que se conquistas democráticas por meio da luta de classes, também apontar para a necessidade



de superação do capitalista. Portanto, a defesa de um programa de transição defendido pela esquerda precisaria articular as demandas democráticas à luta estratégica dos trabalhadores por uma nova sociedade. No debate específico acerca da ditadura, as reivindicações das organizações de direitos humanos não são um fim a ser alcançado, mas um meio para a mobilização das lutas sociais e da classe trabalhadora. Cabe lembrar a necessidade de

ajudar as massas no processo de suas lutas cotidianas a encontrar a ponte entre suas reivindicações atuais e o programa da revolução socialista. Esta ponte deve consistir em um sistema de reivindicações transitórias, partindo das atuais condições e da consciência de amplas camadas da classe operária e conduzindo apenas a uma conclusão: a conquista do poder pelo proletariado (TROTSKY, 2008, p. 20).

No que se refere à ditadura, um tema que voltou à tona diante dos áudios do STM e do debate sobre a punição dos agentes de repressão é a defesa da revogação da lei de nº 6683, de 28 de agosto de 1979. Essa lei, conhecida como Lei de Anistia, não expressava as posições defendidas pelos movimentos sociais e de esquerda. O Congresso Nacional, controlado pelo governo ditatorial, aprovou uma proposta que, além de defender uma anistia parcial aos militantes da resistência à ditadura, abriu possibilidade para uma interpretação que anistiou os agentes estatais responsáveis por sequestros, torturas e assassinatos durante a ditadura. Isso pode ser visto como expressão da “postura assumida pelas sociedades diante desse conjunto de experiências traumáticas”, que

mostram numerosas tentativas de esquecimento, promovidos por uma parcela da população que, de alguma forma e em diferentes momentos, contribuiu para o regime repressivo. No caso brasileiro, normalmente são os militares e alguns setores civis os que procuram negar o passado de repressão e assassinatos da ditadura” (SILVA, 2020, p. 52).

Nas últimas décadas, a Lei de Anistia permitiu que os responsáveis pelos crimes da ditadura não fossem punidos. Essa impunidade garantiu aos militares inclusive a possibilidade de construir sua própria narrativa acerca do período, expressando um claro revisionismo (SILVA, 2011, 2021). Essa lei não expressava os interesses dos movimentos de resistência à ditadura, ainda que o texto aprovado tenha parcialmente algumas das reivindicações defendidas pelas esquerdas. Essa relação com as reivindicações das organizações dos trabalhadores é percebida em alguns documentos da época. Em uma de suas primeiras resoluções, apontava o PT, ainda em 1979:

o regime busca reformar-se tentando atrair para seu campo de apoio setores sociais e segmentos políticos oposicionistas, com vistas a impedir que as massas exploradas explicitem suas reivindicações econômicas e sociais e, o que é mais importante, a sua concepção de democracia (PT, 1998, p. 51).



Contudo, o centro da Lei de Anistia passava por buscar a pacificação, tanto garantindo a possibilidade de retorno de parte dos opositores da ditadura à vida política como proibindo a punição dos torturadores. Esses mostram a impossibilidade de nutrir expectativas no Estado, ou seja, não se pode acreditar que o fundamental das questões dos direitos humanos possa ser solucionado se mantidas as contradições determinantes do capitalismo. Depois do fim da ditadura,

apesar da constituição de um regime político com características democráticas, a própria permanência do sistema econômico criou atritos, que colocaram para o Estado, a despeito da existência de liberdades democráticas, a necessidade de defender a propriedade privada, caso essa esteja ameaçada por forças sociais e políticas consideradas subversivas e perigosas (SILVA, 2019, p. 43).

Na luta política, as reivindicações democráticas possibilitam ampliar os embates dentro da luta de classes, mostrando aos trabalhadores que os interesses da burguesia são defendidos como prioridade pelo Estado. Essa é uma importante lição para a organização e a mobilização dos trabalhadores. Marx e Engels (2010, p. 74) apontavam que os trabalhadores devem “exacerbar as propostas dos democratas, que de qualquer modo não agirão de modo revolucionário, mas meramente reformista, e transformá-las em ataques diretos à propriedade privada”.

Portanto, nas lutas por direitos humanos, é fundamental olhar para além das concessões imediatas por parte do Estado, cujo objetivo passa por esconder as contradições de classe e, dessa forma, manter a estabilidade política e social. Nesse sentido, a mobilização e as lutas das organizações de trabalhadores são fundamentais no sentido de lutar por uma efetiva transformação social, questionando a dominação promovida pelas classes dominantes.

REFERÊNCIAS

DW. “Mourão ri ao ser questionado sobre torturas na ditadura” DW [18/04/2022]. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br>>. Acesso em: 13/06/2022.

FERNANDES, Florestan. **Brasil: em compasso de espera**. Rio de Janeiro, UFRJ, 2011.

G1. “Áudios do Superior Tribunal Militar sobre tortura”. G1 [17/04/2022]. Disponível em: <<https://g1.globo.com>>. Acesso em: 13/06/2022.

LÊNIN, Vladimir. **O Estado e a revolução**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. “Mensagem do comitê central à Liga dos Comunistas”. In: **Luta de classes na Alemanha**. São Paulo: Boitempo, 2010.

OSI - Organização Socialista Internacionalista. “Resolução sobre o momento político nacional”. **A Luta de Classes**, n. 10, 1983.



PCB - Partido Comunista Brasileiro. **Unidade, renovação e democracia**. São Paulo: Caetés, 1982.

PT - Partido dos Trabalhadores. “Carta de princípios”. *In*: **Resoluções de Encontros e Congressos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

SILVA, Michel Goulart da. “Os ‘Anos de Chumbo’ e a Folha de São Paulo”. *In*: **Notas sobre política e cultura**. São Paulo: Todas as Musas, 2016.

SILVA, Michel Goulart da. “Os arquivos da ditadura: entre os direitos humanos e a segurança nacional”. **Temáticas**, n. 33/34, 2009.

SILVA, Michel Goulart da. “Ditadura, história e esquecimento no Brasil”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 1, n. 1, 2020.

SILVA, Michel Goulart da. “Ditadura, transição e democracia na Constituição de 1988”. **Aurora (UNESP)**, vol. 12, 2019.

SILVA, Michel Goulart da. “Os militares brasileiros e a ‘grande mentira’”. *In*: SOUSA, Fernando Ponte de; SILVA, Michel Goulart da. (orgs.). **Ditadura, repressão e conservadorismo**. Florianópolis: Em Debate/UFSC, 2011.

SILVA, Michel Goulart da. “O revisionismo contemporâneo e a história escrita pelos militares”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 8, n. 23, 2021.

TROTSKY, Leon. **Programa de transição**. São Paulo: Editora Iskra, 2008.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano IV | Volume 11 | Nº 31 | Boa Vista | 2022

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima